

## 1. Introdução

Desenvolvimentos recentes dos estudos da linguagem têm levado a um grande interesse pelas relações entre gramática e discurso. Segundo Ochs, Schegloff e Thompson (1996), a gramática, nessa perspectiva, é parte de um conjunto mais amplo de recursos que subjazem à organização da vida social e à forma como a linguagem figura na interação cotidiana e na cognição.

Baseada no reconhecimento da importância de abordar a gramática em termos de seus contextos naturais de uso, surge e se organiza, no final dos anos 70, a área “discurso-e-gramática” dentro da lingüística funcional. Uma vez que a função da linguagem como ferramenta da comunicação humana é a motivação central para os padrões gramaticais, o estudo da gramática exige tomar o discurso como dado primário, bem como relacionar explicitamente a estrutura da gramática à estrutura do discurso. Parte-se, assim, do pressuposto de que a gramática e a interação social se organizam uma à outra: a gramática é um recurso para fazer o trabalho de interação social e, ao mesmo tempo, é vulnerável à interação, na medida em que esta é o meio comum, universal, para a aquisição, manutenção e mudança da linguagem.

Partindo desses pressupostos, o presente trabalho visa a estudar comparativamente duas estruturas gramaticais do português – as tradicionalmente denominadas “voz passiva analítica” (VPA) e “voz passiva sintética” (VPS), tendo em vista correlacionar suas propriedades semântico-formais a seu emprego em textos.

Essas são duas formas de que o sistema gramatical do português dispõe para representar um processo mencionando o paciente e omitindo o agente (ou desfocando-o, reduzindo sua importância). A abordagem tradicional dessas construções sugere, na própria nomenclatura empregada, que elas são sinônimas: duas alternativas formais para a expressão de um mesmo significado. É conhecida, por exemplo, a alegação, corrente nos manuais de gramática normativa e na prática de ensino, de que *vendem-se casas* é o mesmo que *casas são vendidas*.

A inadequação dessa suposta equivalência se faz sentir na estranheza que tal análise, em geral, causa a falantes nativos brasileiros. Qualquer professor de língua portuguesa no Brasil conhece bem as dificuldades de expor a seus alunos

dos níveis fundamental e médio a descrição da construção com o clítico *se* como voz passiva, com a implicação de que o sintagma nominal que segue o verbo, nesse caso, tem a função de sujeito. Os estudantes, por sua vez, acabam por aceitar a situação como mais uma das arbitrariedades da gramática tradicional, que só lhes cabe memorizar. Essas dificuldades, em suma, refletem o fato de que tal análise não condiz com a intuição lingüística nativa – em outras palavras, não condiz com a forma como falantes nativos entendem e empregam VPA e VPS em contextos reais.

A abordagem tradicional privilegia os aspectos formais, negligenciando os aspectos semânticos. Em consequência, o tratamento de VPS limita-se ao reconhecimento de sua suposta sinonímia com a chamada “voz passiva analítica”, à distinção semântico-formal entre VPS e os outros tipos de estrutura com o clítico *se*, e à ênfase na obrigatoriedade da concordância do verbo com o suposto “sujeito” paciente. Tal concordância, aliás, tem-se tornado mais e mais rara, inclusive entre falantes cultos, mesmo em registros mais tensos, de modo que a insistência nela só contribui para acentuar a distância entre o português padrão brasileiro real e o ideal.

Embora diversos trabalhos já tenham apontado a não-correspondência exata entre as duas construções, indicando diferenças entre contextos possíveis de ocorrência, resta verificar em que consistem, exatamente, as distinções entre elas, bem como eventuais semelhanças.

Em pelo menos alguns casos, parece que o falante tem razões específicas para optar por uma ou outra das construções. Assim, por exemplo, em placas e cartazes para oferta de produtos e serviços, emprega-se normalmente VPS (como em *conserta-se geladeira* ou *vende-se sacolé*). Como se vê no capítulo 2, Said Ali, em obra do início do século XX, observa que não é possível substituir, em uma placa, os dizeres *aluga-se esta casa* por *esta casa é alugada*.

De modo análogo, dados levantados em investigação prévia (Hawad 1999) mostram uma distribuição diferente das duas construções sintáticas em três tipos de textos jornalísticos. Nesse trabalho, que originou a presente tese, foram contadas as ocorrências de VPA e VPS em um conjunto de notícias, editoriais e artigos de opinião (que juntos totalizavam cerca de 14.000 palavras). Observou-se que, enquanto havia uma média aproximada de cinco ocorrências de VPA em cada 500 palavras nas notícias, essa média era de cerca de três ocorrências nos

artigos e nos editoriais. Foi, porém, no caso de VPS que se observou uma diferença mais significativa: enquanto nas notícias o número médio de ocorrências não chegava a 0,5 em cada 500 palavras, esse número era de aproximadamente 2 nos editoriais e 4 nos artigos.

A quase inexistência de VPS nas notícias não resulta de normas de redação do jornal. Em manuais de redação jornalística (Garcia 1993, Martins 1990, Folha de São Paulo 1987), não há proibições ou restrições a esse respeito. Em Lage (1999b), que apresenta uma síntese das normas de redação dos manuais de estilo dos jornais, também não se encontra qualquer prescrição nesse sentido.

Embora a pesquisa supracitada tenha sido apenas uma exploração preliminar do problema, os fatos quantitativos observados sugerem a necessidade de investigar certas questões. As diferenças de distribuição constatadas não podem ser satisfatoriamente explicadas como simples variação formal – modos diferentes de dizer a mesma coisa – porque a noção de “diferença de registro” como influência do contexto de situação sobre o modo de dizer mostra-se vaga, a menos que seja definida semanticamente, como “modos de dizer coisas diferentes” (Halliday 1979; 1994b).

Quando se admite que a diferença distribucional observada nos referidos textos pode ser reflexo de diferenças semânticas, impõem-se as seguintes questões:

- a. Até que ponto se pode falar em sinonímia entre as duas estruturas em foco? Ou, mais precisamente, quais traços semânticos são comuns a ambas e quais não são?;
- b. Que traços semânticos são mais ou menos salientados por cada uma das alternativas?;
- c. Que fatores contextuais favorecem a opção por uma ou outra?;
- d. Por que as duas alternativas são intercambiáveis em certos contextos e, em outros, não?

Essas são as principais questões que motivam o presente trabalho, e às quais se procura responder. Com base em princípios da abordagem sistêmico-funcional, formula-se a hipótese inicial de que VPA e VPS não são realizações formais distintas de um mesmo significado, como implica a gramática tradicional; ao contrário, representam configurações léxico-gramaticais diferentes precisamente porque realizam conteúdos semânticos diferentes.

Tal formulação respalda-se na observação de Halliday (1979: 44) de que, embora se deva admitir teoricamente a possibilidade de um mesmo significado ser realizado por duas ou mais formas, deve-se encarar com suspeição qualquer ocorrência concreta disso, porque a distinção no sistema léxico-gramatical comumente expressa uma distinção mais sutil no sistema semântico. Assim, a hipótese inicial se desdobra em outra, mais específica: a de que VPA e VPS expressariam potencialmente, por um lado, alguns conteúdos semânticos comuns e, por outro lado, alguns conteúdos semânticos diferentes, e tais semelhanças e diferenças seriam devidas a mapeamentos específicos das metafunções ideacional, interpessoal e textual.

Pressupondo que VPA e VPS constituem uma escolha léxico-gramatical que realiza uma escolha semântica disponível para o falante do português, são dois os objetivos da pesquisa. Em primeiro lugar, busca-se determinar em que medida as duas construções sintáticas realizam conteúdos semânticos semelhantes ou distintos, através de mapeamentos específicos das três metafunções do sistema semântico. Em segundo lugar, procura-se identificar fatores contextuais que favoreçam a opção por cada uma das formas.

Esses dois objetivos específicos se inserem no objetivo mais geral de compreender melhor as relações entre gramática e discurso em língua portuguesa, desenvolvendo uma descrição que leve em conta a funcionalidade das estruturas léxico-gramaticais na constituição dos textos.

No que diz respeito à língua portuguesa, há ainda muito a ser investigado nesse terreno. VPS, por exemplo, tem sido, com frequência, alvo do interesse de estudiosos. Há trabalhos que afirmam a inexistência de sinonímia com VPA, demonstrando que as estruturas não são permutáveis, em muitos contextos (como Bagno 2000, 2001); há os que tratam VPS como alternativa para a “indeterminação do sujeito”, de modo genérico, equiparando essa construção a outras formas léxico-gramaticais, como o sujeito representado por *alguém*, ou ainda por *nós*, *você* ou *elas*, empregados em sentido geral (como Ikeda 1980 e Cavalcante 1999), e há os que se ocupam da questão da concordância verbal (como Gomes 2000). Falta, porém, uma análise que explicita as especificidades semânticas de VPA e de VPS em termos de seus empregos discursivos, visando à contribuição que elas podem representar no desenvolvimento do discurso.

Além do interesse teórico, os resultados dessa investigação podem ser úteis à prática pedagógica. Explicitando as relações entre a estrutura do sistema lingüístico e o uso que se faz dele na interação social, é possível estabelecer bases objetivas para a abordagem pedagógica das habilidades de leitura e escrita – questão central, hoje, para a educação brasileira.

A abordagem sistêmico-funcional se mostra particularmente adequada aos propósitos da pesquisa, na medida em que sua concepção tridimensional do significado favorece a identificação de aproximações e afastamentos semânticos entre as formas gramaticais. Além disso, tal abordagem permite correlacionar as propriedades das estruturas às propriedades dos contextos em que ocorrem. A presente investigação tem, portanto, interesse teórico, por um lado, para a descrição gramatical do português e, por outro lado, para os estudos do discurso em língua portuguesa.

O interesse atual pela análise do discurso acarreta um redimensionamento do interesse pela gramática, o que Halliday (1994a: xvii) explica nos seguintes termos:

A text is a semantic unit, not a grammatical one. But meanings are realized through wordings; and without a theory of wordings – that is, a grammar – there is no way of making explicit one's interpretation of the meaning of a text. Thus the present interest in discourse analysis is in fact providing a context in which grammar has a central place.<sup>1</sup>

De acordo com Ochs, Schegloff e Thompson (1996), a integridade e a eficácia da gramática estão ligadas a seu lugar em esquemas mais amplos de organização da conduta humana, e à interação social em particular. Estruturas gramaticais têm significado, em parte, em virtude das práticas sociais e atividades que elas ajudam a constituir. Assim, a linguagem não é um sistema simbólico que corre paralelo à experiência, mas que interpenetra a experiência.

---

<sup>1</sup> Um texto é uma unidade semântica, não uma unidade gramatical. Mas os significados são realizados por fraseados; e sem uma teoria dos fraseados – isto é, uma gramática – não há meio de tornar explícita a interpretação de alguém do significado de um texto. Logo, o interesse atual pela análise do discurso está, de fato, provendo um contexto em que a gramática tem um lugar central.

Nessa perspectiva, a competência e o desempenho entram numa relação dialética, na medida em que cada um impacta o outro, é um recurso para o outro, ajuda a constituir o outro. Importa, por isso, investigar não só como as histórias lingüística e sócio-cultural informam a interação social, mas também como os processos interacionais motivam e organizam a linguagem, a cultura e a sociedade, e conferem significado a elas. Partindo desses princípios, a Gramática Funcional propõe-se examinar os dados gramaticais em termos das formas como a gramática funciona como ferramenta da comunicação humana.

Hasan e Fries (1997a: xiv-xvi) distinguem duas concepções gerais de linguagem. Na primeira, que designam como “perspectiva da correspondência”, a linguagem seria um espelho que reflete uma realidade material pré-existente. A segunda perspectiva, designada como “construtivista”, vê a linguagem como um potencial para construir significados, os quais são essencialmente um artefato do sistema lingüístico. Nesse sentido, a linguagem não reflete a realidade, e sim contribui para constituir e definir a realidade – entendida não apenas em sua dimensão material, mas principalmente em sua dimensão social. Na perspectiva construtivista, que subjaz ao modelo sistêmico-funcional, o conceito de significado ultrapassa os limites da representação e se expande para incluir os significados interpessoais e textuais, que são criados lingüisticamente.

Para os autores, resultam dessa perspectiva três pontos fundamentais da abordagem sistêmico-funcional. Em primeiro lugar, a principal meta da lingüística é explicar não apenas como os significados são construídos, mas também como eles mantêm uma relação sistemática com o mundo definido socialmente e construído lingüisticamente. Isso confere a mesma importância a todos os tipos de significado – referenciais, interpessoais e textuais. Em segundo lugar, a investigação dos valores semânticos de uma categoria é um aspecto essencial da abordagem e, desse ponto de vista, não há categorias que sejam puramente “nocionais” ou puramente “formais”. Em terceiro lugar, é igualmente importante focalizar as propriedades formais de uma categoria léxico-gramatical, que são o que identifica um tipo de categoria descritiva. Desse modo, a descrição gramatical no modelo sistêmico-funcional é, ao mesmo tempo, funcional e formal, já que a forma constrói o significado, e um é impossível sem o outro.

Halliday (1994a: xiv) define “gramática funcional” como aquela que estrutura todas as unidades de uma língua (orações, sintagmas etc.) como

configurações orgânicas de funções, de modo que cada parte é interpretada como funcional em relação ao todo. A linguagem é um sistema de significados acompanhado de formas pelas quais os significados podem ser realizados, o que coloca as formas lingüísticas numa perspectiva diferente: como meios para um fim, e não como um fim em si mesmas. Desse modo, o fato de uma gramática ser “funcional” quer dizer que ela é baseada no significado; mas o fato de ser uma “gramática” quer dizer que ela é uma interpretação de formas lingüísticas. Toda distinção reconhecida na gramática (todo conjunto de opções ou “sistema”) representa alguma contribuição para o fraseado (“wording”), mesmo que muito indireta (idem, p.xx). Para Hasan (Halliday e Hasan 1989: ix), esse é um dos pontos mais fortes da abordagem sistêmico-funcional: o fato de que sua base é semântica, não sintática. Ou seja, trata-se de uma gramática semanticamente orientada, que busca identificar o papel dos vários itens lingüísticos em qualquer texto em termos de sua função na construção do significado.

A gramática assim definida compreende três níveis: o semântico, o léxico-gramatical e o fonético-fonológico, de tal modo que cada um realiza as estruturas do nível anterior. O componente semântico é constituído por três subcomponentes, correspondentes às três funções primordiais da linguagem: o textual, o ideacional e o interpessoal. Embora cada um desses subcomponentes, denominados metafunções, seja autônomo em relação aos outros dois, cada oração da língua é concebida como um arranjo particular de significados dos três subcomponentes, mapeados simultaneamente na estrutura da oração.

Por conseguinte, qualquer texto é o resultado das escolhas efetuadas pelo falante nas metafunções do componente semântico – um texto é uma configuração particular de significados selecionados do potencial semântico total da língua. Desse modo, o estudo da gramática exige focalizar, ao mesmo tempo, o potencial e o realizado, ou seja, considerar as escolhas efetivas do falante em relação ao conjunto das alternativas disponíveis.

No presente trabalho, VPA e VPS são abordadas como alternativas disponíveis para o falante do português, e seus significados são investigados em função de seus contextos de ocorrência em textos jornalísticos – notícias, editoriais e artigos de opinião. A análise empreendida é, principalmente, qualitativa, embora alguns dados quantitativos tenham sido levantados como ponto de partida, a fim de fornecer uma base mais geral para as observações

realizadas. As ocorrências das estruturas nos textos são cotejadas com alternativas hipotéticas, de modo a facilitar a explicitação das diferenças de sentido, visando a definir as propriedades semânticas características de cada tipo de construção.

A definição das configurações semântico-formais que são objeto da pesquisa se faz com base nos critérios tradicionais. Ambas se constroem com verbos transitivos diretos. Em VPA, o sintagma nominal que seria o objeto direto na voz ativa assume a função de sujeito, enquanto o verbo aparece na forma de uma locução verbal – verbo auxiliar *ser* (tipicamente) e particípio do verbo principal. A gramática tradicional registra a possibilidade de outros auxiliares para VPA, como *ficar* ou *estar*. Na presente tese, esses casos não foram incluídos na definição de VPA, por ser difícil delimitar a fronteira entre eles e a estrutura do “predicado nominal”, com verbo de ligação e predicativo do sujeito. Além disso, tais casos ocorrem com frequência mínima no conjunto de textos examinados, de modo que sua exclusão não representa consequências significativas para os resultados.

Em VPS, um verbo transitivo direto, conjugado na terceira pessoa e acompanhado do clítico *se*, expressa uma ação ou processo sem a identificação do agente. Na descrição tradicional, o sintagma nominal que representa o participante paciente do processo é analisado como sujeito. Aqui não se assume essa função para tal sintagma, pelos motivos expostos no capítulo 2.

O reconhecimento das ocorrências de VPS nos textos exige o cuidado de distinguir essa construção de duas estruturas formalmente semelhantes. A primeira é a construção com o clítico *se* que tem sentido reflexivo ou recíproco, em que o agente e o paciente do processo coincidem no mesmo referente. Ao contrário do que ocorre em VPS, o agente, nesse caso, é identificado.

A segunda distinção, mais delicada, é a que deve ser feita entre VPS e a construção com o clítico *se* com sentido “evento espontâneo” (designação empregada por Shibatani 1985) – como, por exemplo, em *os recursos se esgotaram*. Neste último caso, o agente responsável pela ação ou processo simplesmente inexistente, e o sintagma nominal que ocorre com o verbo (aí, de fato, na função de sujeito) não corresponde propriamente a um “paciente”, mas a uma espécie de “sede” do processo, representado como ocorrendo espontaneamente, ou seja, sem causação. Esse sentido é esclarecido e ilustrado no capítulo 3, ao se tratar do problema da ordem linear nas construções com *se*, com remissão à

perspectiva da ergatividade (Halliday 1994a; Thompson 1996). Por ora, cumpre apenas assinalar, a fim de definir o objeto da pesquisa, que ocorrências de *se* com sentido reflexivo/recíproco ou espontâneo não foram incluídas no corpus.

As estruturas assim definidas são enfocadas, por um lado, em suas propriedades semântico-formais intrínsecas e, por outro lado, em seu emprego discursivo, buscando-se correlacionar essas duas ordens de fatos.

Embora a presente tese não endosse a análise tradicional das construções de verbo transitivo direto com o clítico *se* como “voz passiva”, emprega-se aqui a designação abreviada “VPS” (de “voz passiva sintética”), apenas para facilidade de referência. “VPS” e “VPA” são empregadas como meros rótulos convencionais para representar as configurações léxico-gramaticais que são objeto da investigação.

Antes de proceder ao exame de VPA e VPS na perspectiva sistêmico-funcional, faz-se, no capítulo 2, uma revisão crítica da abordagem tradicional da voz passiva em português, enfocando principalmente os problemas decorrentes da alegada sinonímia entre as estruturas. Esse capítulo inclui ainda uma síntese de Shibatani (1985), que propõe definir o conceito de voz como um contínuo semântico. Espera-se, com isso, tecer algumas reflexões iniciais sobre a caracterização sintático-semântica de VPA e VPS que permitam compreender melhor a natureza da questão.

O capítulo 3 apresenta os princípios da Gramática Sistêmico-Funcional, que constitui o referencial teórico da pesquisa. As principais categorias que integram a estrutura da oração em cada uma das três metafunções são definidas e discutidas, destacando-se os pontos de maior interesse para a presente investigação. Em especial, são examinados problemas decorrentes da transferência de certas categorias descritivas para o português.

Os dados e a metodologia de pesquisa são descritos no capítulo 4. Seguem os capítulos 5, 6 e 7, nos quais as ocorrências coletadas são analisadas, respectivamente, nas metafunções textual, ideacional e interpessoal. Nesses três capítulos, são propostos traços semânticos na forma de parâmetros binários, tendo em vista caracterizar VPA e VPS em cada uma das três metafunções.

A articulação de tais parâmetros numa rede de opções semânticas e léxico-gramaticais disponíveis no português é discutida e proposta no capítulo 8, no qual

também se sugere a possibilidade de integrar, nessa rede, outras estruturas, além de VPA e VPS. O capítulo 9 apresenta as considerações finais.

Algumas observações são ainda necessárias com respeito ao texto que segue. A fim de favorecer uma leitura mais fluente, optou-se por não lançar mão de notas de rodapé. A única exceção consiste na tradução de citações de obras em inglês. Com a intenção de garantir fidelidade aos textos originais, os fragmentos transcritos literalmente dessas obras foram incluídos no corpo principal do texto, sendo a tradução para o português apresentada em notas.

Decisões quanto à tradução tiveram de ser tomadas também com relação à terminologia descritiva e aos exemplos de estruturas e categorias gramaticais. Quanto à terminologia, foram utilizados, na maior parte dos casos, os termos aprovados pelo grupo virtual de discussão sobre a Gramática Sistemico-Funcional (“GSF em Português”). As únicas exceções foram os termos “Actor” e “Goal”, que o referido grupo traduz por “Ator” e “Meta”, respectivamente.

Halliday (1994a) faz distinção entre “Actor” e “Agent”, reservando o primeiro para a perspectiva da transitividade na descrição dos processos materiais, e o segundo, para a perspectiva da ergatividade. Uma vez que, nesta tese, não se trabalha com a perspectiva da ergatividade (mencionada apenas brevemente no capítulo 3, a propósito do sentido espontâneo da construção com *se*), optou-se por empregar simplesmente o termo “Agente”, sem a distinção mencionada.

“Goal”, que designa o participante paciente nos processos materiais, é traduzido, no presente trabalho, como “Objeto”, devendo-se ressaltar que este termo não deve ser confundido com “objeto” como função sintática na descrição gramatical tradicional. “Objeto”, aqui, é uma função estrutural de natureza semântica, e se refere ao participante não-ativo que é alvo de um processo material.

Com relação aos exemplos em língua inglesa utilizados para ilustrar os conceitos das categorias descritivas nas obras básicas consultadas (especialmente em Halliday 1994a e Thompson 1996), e apresentados no capítulo 3 desta tese, optou-se por conservá-los na língua original, uma vez que a tradução, na maioria dos casos, acarreta precisamente a perda da noção a ser exemplificada. A tradução para o português é fornecida logo após os exemplos em inglês.